

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO

Índice

1. OBJECTO
2. CONTRATO
3. PRAZO
4. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO
5. PREÇO CONTRATUAL
6. OBJECTO DO DEVER DE SIGILO
7. PRAZO DO DEVER DE SIGILO
8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
9. PENALIDADES CONTRATUAIS
10. ACTUALIZAÇÃO DO CUSTO DOS SERVIÇOS
11. FORÇA MAIOR
12. RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE
13. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO
14. FORO COMPETENTE
15. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES
16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. OBJECTO

- 1.1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento por Ajuste Direto, que tem por objeto a aquisição, de **“Serviço Extraordinário de Bombagem da E.E.A.R do Ribeiro, Sangalhos”** de acordo com o mencionado no presente Caderno de Encargos e o seguinte Mapa:

Descrição	Dias
Aluguer de bomba Flygt – NS 3301HT 6” com 10 mts de mangueira 6” para a Estação Elevatória de Águas Residuais do Ribeiro – sangalhos	54

2. CONTRATO

- 2.1. Considerando o preço contratual no ponto 5. do presente caderno de encargos, e nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 95º, na sua actual redacção, não haverá lugar à redução do contrato a escrito.

3. PRAZO

- 3.1. O contrato que vier a ser celebrado na sequência do presente procedimento, entra em vigor na data da sua adjudicação, e mantém-se em vigor até à total prestação dos serviços, em conformidade com o mapa presente neste Caderno de Encargos, com os respetivos termos e condições e o disposto na lei.

4. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

- 4.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
- 4.1.1. Obrigação de entrega do grupo de bombagem no Estaleiro do Município, sito na Zona Industrial de Alfêloas, em Anadia;
 - 4.1.2. Prestar os serviços à entidade adquirente, conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - 4.1.3 Comunicar antecipadamente à entidade adquirente, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - 4.1.4 Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
 - 4.1.5 Prestar de forma correcta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem.

5. PREÇO CONTRATUAL

- 5.1.** O preço base do procedimento é de **7.666,38 €** (sete mil, seiscentos e sessenta e seis euros e trinta e oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
- 5.2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos, e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Anadia, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.

6. OBJECTO DO DEVER DE SIGILO

- 6.1.** O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Anadia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 6.2.** A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
- 6.3.** Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

7. PRAZO DO DEVER DE SIGILO

- 7.1.** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao momento da adjudicação do processo, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1.** As quantias devidas pelo Município de Anadia, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do n.º 4 do artigo 299, Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, designado por CCP, na sua actual redacção, após a recepção pelo Município de Anadia das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.
- 8.4.** Em caso de discordância por parte do Município de Anadia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

9. PENALIDADES CONTRATUAIS

9.1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CMA pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, cujo valor acumulado não deverá exceder 20% do preço contratual:

9.1.1. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 5% do valor da proposta;

9.1.1.1. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Anadia tem em conta, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

10. ACTUALIZAÇÃO DO CUSTO DOS SERVIÇOS

10.1 Não é permitida, no período de vigência do contrato, a actualização de preços.

11. FORÇA MAIOR

11.1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

11.2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

11.3. Não constituem força maior, designadamente:

11.3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

11.3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

11.3.3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

11.3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

11.3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

11.3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

11.3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

11.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

11.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

12. RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- 12.1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Anadia pode resolver o contrato, a título sancionatório, a todo o tempo, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 12.2.** Atraso, total ou parcial, na execução da prestação de serviço superior oito (8) dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada prestação de serviço excederá esse prazo;
- 12.3.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas.

13. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

- 13.1.** O adjudicatário poderá rescindir o contrato nos termos previstos neste caderno de encargos, ou na Lei.
- 13.2.** A rescisão não poderá afectar a execução dos serviços.

14. FORO COMPETENTE

- 14.1** Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

15. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 15.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 15.2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 16.1** A execução do contrato é regulada pela legislação portuguesa, nomeadamente pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro retificado, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (doravante CCP) e alterado pela lei n.º 30/2021, de 21 de maio.